



AVALIAÇÃO INTEGRADA NO CENÁRIO DO PLANEJAMENTO INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA MARISTA IPANEMA

Denise Ferrari Dutra¹ – Colégio Marista Ipanema

Eixo Temático: Ensino Fundamental.

Resumo

Este texto ancora-se no entendimento de que a educação escolar deve ser pensada a partir de práticas que tenham como objetivo a construção de habilidades e competências significativas. Nessa direção, este artigo tem como foco apresentar, discutir e problematizar a avaliação integrada e o planejamento interdisciplinar, entendidos como práticas pedagógicas necessárias na contemporaneidade. Esses conceitos estão embasados no Projeto Educativo do Brasil Marista, bem como no Projeto Político Pedagógico Pastoral das Escolas Maristas e, no caso deste estudo, no Colégio Marista Ipanema, Porto Alegre/RS. A avaliação integrada e o planejamento interdisciplinar, entendido como sequência didática, pressupõem discussões profícuas que apresentam axiomas de cada disciplina, mas que no bojo de tais diálogos se sobrepõe uma atitude interdisciplinar que busca estabelecer relações e conexões entre as diferentes áreas do conhecimento. Ao longo da implementação desta nova perspectiva curricular, percebeu-se algumas angústias, medos diante do novo, tanto por parte dos estudantes quanto dos professores. Entretanto, ao lado desses sentimentos, havia também o entendimento de um projeto que se fazia necessário, uma vez que as demandas que se apresentavam para o espaço educativo exigiam alterações nas formas de pensar a educação. Foi possível perceber também a indissociabilidade destas práticas em relação ao planejamento trimestral, o qual é considerado o balizador político-pedagógico do fazer na sala de aula. A experiência vem sendo vivenciada, analisada e avaliada e sempre que se percebe necessário uma correção de rota, esta é feita a partir de uma discussão coletiva, em que pesem as opiniões, as percepções de estudantes, professores e equipe diretiva. Ao acreditar na validade de um planejamento, apostamos num processo de aprendizagem em que estudantes serão os protagonistas desta ação, na qual todas as dimensões da escola devem estar atentas e envolvidas, para que o desenvolvimento da educação humana se dê de forma integral e solidária. A partir dessa lógica, o estudante marista é pensado como um sujeito capaz de agir no mundo, tomar decisões e fazer escolhas, no sentido da construção de uma sociedade mais justa, equilibrada, humana e voltada para a paz.

Palavras-chave: Avaliação integrada. Cultura. Planejamento interdisciplinar. Projeto Político-Pedagógico-Pastoral.

¹ Graduada em História pela Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciência e Letras (FAPA); Especialista em História do Brasil (FAPA); Especialista em Supervisão Escolar (FAPA); Mestre em Educação (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS). *E-mail:* denise.dutra@maristas.org.br.

“Se fosse apenas para ensinar as ciências humanas aos jovens, não haveria necessidade de irmãos: bastariam os demais professores. Se pretendêssemos ministrar apenas a instrução religiosa, limitar-nos-íamos a ser simples catequistas. O nosso objetivo, contudo, é mais abrangente. Queremos educar as crianças, isto é, instruí-las sobre os seus deveres, ensinar-lhes como praticá-los, infundir-lhes o espírito e os sentimentos do cristianismo, os hábitos religiosos, as virtudes do cristão e do bom cidadão. Para tanto, é preciso que sejamos educadores, vivamos no meio das crianças e que elas permaneçam muito tempo conosco.”

Marcelino Champagnat

Introdução

O homem se constitui e se humaniza na relação com os outros, constrói sua história, faz sua trajetória e se perpetua na herança cultural que deixa para aqueles que estão por continuar a caminhada e que necessitam de uma cultura e do reconhecimento dela para dar (res)significados a sua existência, vivenciando, conforme Freire(1969), “a cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador como aquisição sistemática da experiência humana (p. 109)”.

Somos herdeiros de um imenso patrimônio, ao mesmo tempo em que estamos no mundo sem nos darmos conta de que, antes de nós, outros aqui estiveram, aqui sonharam, aqui construíram, aqui se relacionaram, aqui produziram a sua existência. É na relação com o outro que damos sentido a essa existência. Nessa lógica, o homem é um ser de relações, de criações e recriações, ele é um construtor de cultura, dinamizador e humanizador da realidade.

Para Horta (2000):

No processo histórico de construção de uma identidade comum, cada indivíduo e a coletividade dos indivíduos elaboram sentidos e percepções sobre as experiências vivenciadas e compartilhadas, sentidos e significados que serão expressos e representados – para fins de comunicação e de transmissão no processo cultural [...], cujo uso e manutenção vão garantir o reconhecimento mútuo dos membros do grupo entre si e a comunicação e expressão de sua bagagem e “identidade” cultural (p.29).

Diante desta dinamicidade do ser humano, é impossível pensar ser viável desvincular sujeitos, educação, planejamento e avaliação. Para compreender esta relação, faz-se necessário primeiramente entender educação como uma ferramenta, um instrumento de decodificação do mundo que se dá através da comunicação entre os sujeitos. A escola, por sua vez, deve ser percebida como um lócus de conhecimento, espaço orgânico, campo estratégico e potencialmente poderoso, onde diferentes saberes se cruzam e constituem novas possibilidades de ser-estar-agir no mundo. É o espaço onde o senso comum e saberes científicos deveriam (co)existir de forma generosa e profícua. Por fim a escola, entendida como lócus de conhecimento, constrói formas de pensar e agir no mundo, por intermédio das leituras de realidade, da percepção necessária para tornar potentes habilidades, competências e atitudes, que se constituirão fundamentais na formação dos sujeitos. A escola é espaço de cultura, de vir-a-ser no mundo. Conforme Charon (2001):

Cultura é uma perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter em comum quando interagem. É aquilo sobre o que as pessoas acabam por concordar, seu consenso, sua realidade em comum, suas ideias compartilhadas. [...] constitui nossa perspectiva consensual sobre o mundo e dirige nossos atos nesse mundo (p.103-104).

A educação está engendrada num contexto cultural, uma vez que deve responder e atender as demandas que emergem desse contexto. Este é o inquietante desafio que hoje se coloca em todos os espaços onde seja possível fazer educação e de que forma vamos fazer com que as novas gerações consigam compreender que esta cultura as perpassa, e mais, é constituída pelas ações desses sujeitos. Para tanto, essas novas gerações devem olhar o passado como algo a ser refletido, como um tempo em que encontramos raízes e significados, pois compreender a caminhada histórico-temporal da humanidade, suas diferentes construções culturais, torna o seu fazer no mundo condição incontestável para que se forme um constructo de pertencimento, de identidade cultural, de postura crítica.

O espaço da escola não é acrítico, impessoal, mas sim orgânico e passível de relações, portanto, faz-se necessário mudar o olhar sobre o seu fazer, suas dimensões devem ser reavaliadas, repensadas e devem alçar voos mais ousados, navegar por mares, não buscando âncoras, mas sim diferentes portos onde, ao cruzar olhares desconhecidos, possam se reconhecer nas diferenças e sonhar um mundo novo. Para tanto, o cotidiano escolar deve ser

inovado, suas práticas devem refletir esse mundo novo, repleto de possibilidades, pois a escola, muitas vezes, não valoriza o novo, por medo da desconexão, por medo de errar, esquecendo que o caminho só se faz caminhando. Por vezes, há um vazio de significados que permeia as práticas educativas e seus desdobramentos, por exemplo, a avaliação, a qual, muitas vezes, fragiliza a caminhada pedagógica, tornando-se desconexa da realidade. Portanto, há que se construir uma escola e sujeitos dela oriundos capazes de interagir na construção de novas realidades econômicas, políticas sociais e culturais que venham a atender ao conjunto de demandas sociais, para romper com o fantasma das forças conservadoras que avançam e querem calar esta escola, que não pode ser calada, pois é feita de gente. De acordo com Itaquí (1997):

Uma política cultural é um processo de concertação, de articulação e é construída nos cruzamentos das diferentes demandas sociais que atravessam um determinado lugar. [...] a cultura é um espaço privilegiado que nos permite, de forma crítica, trabalhar nos contrastes, nas diferenças para possibilitar aos sujeitos desse processo reverem-se, e nesses espelhos se entenderem individual e coletivamente. A política cultural, quando orgânica, é sempre um ato de iluminação, de transformação [...] de enfrentamento: é a criação de espaços sociais de construção de cidadania, de participação, de libertação (p. 39).

Dessa forma, compreendendo a escola como um espaço de constante transformação e reinvenção do fazer pedagógico, problematizo nesse artigo duas práticas pedagógicas: avaliação integrada e planejamento interdisciplinar. Acredito que estas práticas são de extrema importância para se garantir um projeto educativo comprometido com a realidade em que está inserido, um projeto educativo que leve em consideração os sujeitos que dele fazem parte, valorizando e respeitando as especificidades de cada um, favorecendo, portanto, a construção de aprendizagens significativas.

Para tanto organizei este texto em três partes: na primeira, intitulada *A Experiência da Avaliação integrada e planejamento interdisciplinar*, problematizo os conceitos de avaliação integrada e planejamento interdisciplinar, relacionando essas práticas com uma experiência vivenciada na Escola Marista Ipanema, localizada na cidade de Porto Alegre/RS. Na segunda parte deste texto, intitulada *Repensando os papéis: perspectivas possíveis*, aponto a importância da participação dos diferentes sujeitos no processo educativo, desde gestores, professores, alunos, funcionários, entre outros. Para finalizar, em *Possibilidades para pensar*,

trago algumas considerações feitas a partir dessa proposta de trabalho, tendo como foco a aprendizagem significativa dos sujeitos envolvidos nesse processo.

A experiência da Avaliação integrada e Planejamento Interdisciplinar

A Avaliação Integrada é um instrumento que nasce no bojo de uma perspectiva curricular que deve ser entendida, conforme as Matrizes Curriculares, “como uma teia, uma malha de interconexões entre conhecimentos, saberes, valores, discursos e competências que devem ser construídos pelos estudantes maristas no seu percurso formativo”. Este aspecto pedagógico não está dissociado da dimensão política, pois além de promover uma maior interdisciplinaridade, na medida em que amplia o diálogo entre as disciplinas de uma determinada área do conhecimento, formaliza e consolida a intencionalidade curricular da Rede Marista de Educação, pois é este currículo que organiza, dinamiza e potencializa os princípios e intencionalidades institucionais, conforme o Projeto Educativo do Brasil Marista.

Importante se faz compreender que não existe avaliação integrada sem um currículo integrado e, para que esse processo se efetive, devemos destacar que o desejo de integração passa por uma profunda negociação de saberes, deslocamentos de saber-poder e uma profícua capacidade de rever atitudes para que se possa romper com os “guetos de saber” e construir práticas interdisciplinares que não corram o risco de ser simplesmente velhas perspectivas nascidas a partir de uma lógica fragmentada, maquiadas de uma inovação que não existe, pois não houve mudança de atitude.

Na Escola Marista Ipanema, a discussão acerca “do jeito de conceber a Educação Básica” passou pelo estudo teórico da perspectiva interdisciplinar, trazendo para dentro do espaço da escola uma nova forma de pensar o instrumento de avaliação, por meio da avaliação integrada, e o planejamento pluridisciplinar por área do conhecimento, por intermédio da sequência didática.

A prova integrada, como já foi dito acima, consolida a visão interdisciplinar e leva o estudante a perceber e compreender que existem relações entre os componentes curriculares estudados no decorrer de cada trimestre. Nessa direção, a sequência didática deve ser compreendida como uma metodologia, um caminho que desenvolve situações didáticas

contextualizadas e capazes de levar o estudante a construir conhecimentos a partir de uma situação problema, ferramenta desencadeadora do desenvolvimento de habilidades e competências que deve possibilitar a solução dos problemas.

Após os momentos de discussão e debate no coletivo, iniciamos a elaboração de sequências didáticas e provas integradas. A jornada era nova para a maioria dos membros da comunidade escolar, e sabemos que, ao sermos desacomodados de nossas certezas e conhecimentos construídos, nos deparamos com situações diferenciadas, como expectativa, medos, insegurança, curiosidade, vontade do novo, desconfiança do novo.

Certamente, a caminhada se faz caminhando, por isso estamos construindo este processo de forma aberta, crítica e criativa, respeitando ritmos, características de cada área, mas sempre buscando qualificar o que está sendo produzido.

Diante dessas novas práticas pedagógicas, os estudantes, por sua vez, como já era esperado, também se sentiram assustados com o novo projeto, uma vez que suas rotinas de estudo seriam alteradas, pois a fragmentação curricular espelhava práticas fragmentadas de como estudar, o que estudar, para que estudar, como compreender aquilo que era proposto. Ao se verem diante do novo, gradativamente foram compreendendo a proposta e percebendo que o seu papel de estudante teria enfrentamentos desafiadores pela frente e que o momento era de novas perspectivas.

O que percebemos hoje é um processo gradativo de mudança de atitude por parte de professores e estudantes, levando os estudantes, no decorrer das aulas, a buscar conexões entre as diferentes disciplinas; conseqüentemente, esse processo, exige do professor formação cada vez mais qualificada, a partir da qual possa construir suas práticas pedagógicas no sentido de favorecer essa teia, essa rede de conhecimentos.

Repensando os papéis: perspectivas possíveis

Diante deste cenário até aqui apresentado, penso que a relação entre educação e inovação tem uma longa caminhada, na qual será preciso que cada instituição, por meio de sua comunidade, seus dirigentes, seus funcionários, seus professores, seus estudantes e parceiros, repense a forma como se coloca nesta relação, pois é necessário um conjunto de

questionamentos, um estímulo ao diálogo, a uma leitura crítica da realidade que a cerca e interfere em seu cotidiano; desta forma, seus sujeitos serão capazes de valorizar práticas que desacomodem fazeres tradicionais. Nessa lógica, a comunidade vai deixando, segundo Horta (2000), a “zona sombria do esquecimento”, para constituir-se “num grupo de pessoas que tem em comum o sentido de identidade [...] o que gera o sentimento de pertencimento a um grupo”. Nesse sentido, segundo Streck, Redin e Zitkoski (2008):

[...] o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma práxis social, que é compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso *ethos* cultural, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca. (p. 130)

As trocas que ocorrem no espaço escolar são fundamentais para pensarmos projetos educativos que vislumbrem o crescimento do grupo, que façam com que os sujeitos envolvidos sintam-se pertencentes àquele grupo, conferindo, assim, significado, para então construir uma identidade escolar. Todos os envolvidos nesse processo devem estar de acordo com o projeto político, não no sentido de apenas concordar, mas sim no sentido de compreender os objetivos, missões e valores de cada proposta educativa. Dessa forma, acredito que novas perspectivas poderão ser pensadas e colocadas em funcionamento dentro do espaço escolar. Esse funcionamento é condição para o exercício de uma gestão democrática, a qual está indissociada da intenção pedagógica “à medida que as relações de poder no interior da escola expressam a forma como os saberes transitam, como a informação chega a todos os segmentos – pais, alunos, funcionários e professores” (DUTRA, 2003, p. 15).

Repensar papéis não significa trocar as funções de cada um dentro do espaço educativo, mas sim repensar a função de cada sujeito nesse espaço. Analisar de que forma essa função pode ser desacomodada para que, então, outras formas de olhar a educação possam emergir.

A escola vem sofrendo com as mudanças radicais que o mundo globalizado vivencia. A escola não pode fechar as portas para essas mudanças, mas deve tentar compreendê-las, desvendá-las e fazer delas um impulsionador para suas transformações. Vivemos o século

XXI, um século de incertezas, globalização, diversidade, individualismo, massificação, em que se percebe uma perda significativa das questões dos vínculos, dos laços que unem os sujeitos. É um período em que há um estreitamento do tempo, uma rapidez das grandes cidades e a forma como estas são representadas nas pequenas localidades; tudo isso provoca a fragilização daquilo que acreditávamos ser o correto, ser o ideal. Assim, ao repensar os papéis de cada um, penso que o que está em voga é o papel de cada um diante de todas essas transformações que ocorrem no contexto social, econômico, político e cultural. Alertar e problematizar o papel de cada um não deve ser pensado como um ato individualista, mas sim como o início de uma perspectiva que visa a integrar cada um desses papéis. Nessa direção, acredito que essa integração é uma das práticas que devem acompanhar as propostas educativas na contemporaneidade.

Cabe aqui chamar a atenção para a questão das tecnologias, marca registrada da globalização, que possibilitam o “acesso ao mundo” e que, de certa forma, desafiam os espaços não virtuais a pensarem alternativas para a sua existência. Esse desafio não se caracteriza como uma competição, mas sim como uma soma de possibilidades para ler o mundo. Desta forma os espaços educativos se agigantam e passam a assumir um papel fundamental na vida da comunidade, tornando-se espaços privilegiados que podem possibilitar a revelação da diversidade cultural, da herança cultural, da história comum de um grupo social ou as múltiplas histórias da humanidade, relacionando os conhecimentos construídos na sala de aula com os saberes que circulam em diferentes espaços.

Possibilidades para pensar

Compreender a intencionalidade da ação pedagógica, que deve trazer em seu bojo o entendimento do que quer um currículo, como planejamos, de que forma vamos percorrer e os caminhos que desenvolverão habilidades e competências necessárias para que nossos estudantes se constituam como protagonistas de suas histórias, é o que se faz necessário avaliar neste e deste processo. Nessa direção, é importante termos clareza em relação aos objetivos que queremos atingir nesse processo, para que se desenvolvam habilidades e competências necessárias para as práticas educativas.

A docência e o fazer docente, cada vez mais, têm se mostrado desafiadores, desacomodam nossos saberes e nos exigem estudo, sensibilidade, escuta e rompimento com tudo aquilo que possa vir a engessar o ato de educar. Novas atitudes didático-pedagógicas são imperativas, as salas de aula devem se constituir em espaços de trocas constantes, enriquecedoras e prazerosas.

O ato de planejar é sempre um desafio, pois requer como fundamento a pesquisa e a reflexão para a construção de uma ação educativa eficiente. A pesquisa por sua possibilidade de investigação, inovação e prospecção, e a reflexão por nos permitir revisar a ação realizada, para, assim, poder dar a ela continuidade ou replanejá-la a partir de novas estratégias. As ações didático-pedagógicas devem ser planejadas a partir do planejamento, que deve atender ao projeto político-pedagógico da Escola, que, por sua vez, expressa o Projeto Educativo do Brasil Marista.

Cabe aqui ressaltar que as práticas educativas devem estar em sintonia com as dimensões política, pedagógica e pastoral do *Projeto Educativo do Brasil Marista: nosso jeito de conceber a Educação Básica*, que tem suas raízes no "compromisso sociopolítico e das intencionalidades pedagógicas relativas a uma educação de qualidade, intercultural e evangelizadora para crianças, adolescentes, jovens e adultos no contexto contemporâneo" (2010, p. 15).

Desta forma, o planejamento, hoje, mais do que nunca, coletivo, é um meio intencional de organização das práticas docentes, portanto, conforme Libâneo (2001), "é uma atividade consciente [...], fundamentada em opções político-pedagógicas e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas". O planejamento tem funções específicas tais como a vinculação com a realidade social, expressão do conhecimento do professor ao pensar objetivos, conteúdos, métodos, recursos utilizados, organização do ensino, competências, habilidades, atitudes; o planejamento evita o amadorismo, que, segundo Perrenoud (2001), é um dos enfrentamentos com os quais o professor deve lidar.

Ao acreditar na validade de um planejamento, estaremos apostando num processo de aprendizagem, em que estudantes serão os protagonistas desta ação, na qual todas as dimensões da escola devem estar atentas e envolvidas, para que o desenvolvimento da educação humana, segundo Damis (1996), "possa ser organizado e desenvolvido criticamente,

[...] destacando assim a compreensão técnico-política do planejamento”. Ao encontro disso, cito Gandin (1985, p.22):

Planejar é elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está desse tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; executar – agir em conformidade com o que foi proposto e avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

O ato de bem planejar é necessário e possível, pois através dele pensamos a vida, o dia a dia, tomamos decisões, ampliamos nosso espaço de inserção na sala de aula, na escola, na sociedade, navegamos por outros campos de conhecimento, assumindo atitudes interdisciplinares. Na base de todas essas posturas está um conhecimento fundamentado na pesquisa e na reflexão de sua práxis, que tem como foco o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DAMIS, Olga Teixeira. Planejamento escolar: Expressão técnico-política de sociedade. In: ALENCASTRO, Ilma Passos (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papirus, 1996, p. 171-183.

DUTRA, Denise Ferrari. O princípio da gestão democrática no espaço escolar. **Espaços da escola**, v. 49, p. 13-16, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1985.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Educação e Patrimônio Histórico-Cultural**. Porto Alegre, n. 27, p. 3-349, jan./jun. 2000.

ITAQUI, José. **Guia do dirigente municipal de cultura**. Porto Alegre: Famurs, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PROJETO EDUCATIVO DO BRASIL MARISTA: nosso jeito de conceber a Educação Básica/ União Marista do Brasil. – Brasília: UMBRASIL, 2010.